

A cultura como alternativa: Uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro

Simone Gomes

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

O texto versa sobre militâncias culturais na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em regiões de atuação de milícias. Serão abordadas nuances de militantes que reivindicam a cultura como lugar *seguro* para atuação nesse local. Esses espaços seriam adversos para os militantes e a (iminência da) violência auxiliaria a compreensão da (virtual ausência de) militância, mas existem alternativas organizadas a partir da cultura, escassamente documentadas pela literatura dos movimentos sociais. Foi realizado um trabalho de campo de inspiração etnográfica e com vinte e quatro entrevistas com ativistas jovens nesses bairros.

Palavras-chave: cultura, militância, movimentos sociais, Zona Oeste, Rio de Janeiro, sociabilidade

Culture as an Alternative: An Approach from Militant Sociability in the West Zone of Rio de Janeiro tackles cultural activism in the West Zone of Rio de Janeiro, in private militia regions. It broaches activists that claim culture as a safe place to operate in this region. Accordingly, such spaces would be adverse to this activists and the (imminence of) violence would help the understanding of the (virtual absence of) activism, but there are alternatives organized claiming culture as a battlefield, scarcely documented by the literature of social movements. Therefore, ethnographic-inspired fieldwork was conducted with twenty-four interviews with young activists in these neighborhoods.

Keywords: culture, activism, social movements, West Zone, Rio de Janeiro, sociability

Introdução

Em um evento cultural no bairro de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, há uma declamação de poesia, com militantes pela educação popular, seus alunos e alguns habitantes da localidade. Uma violação de direitos humanos recorrente no local e sua rápida resolução violenta é relatada por um jovem. Segue-se um acalorado debate, quando um dos militantes, um homem de cerca de 25 anos, pergunta: “Você prefere [*a coerção do*] tráfico ou milícia então?”. A pergunta parece inteligível somente se associada a essa localidade: a escolha de um dos agentes de coerção, exercida por múltiplos atores da violência no local.

O objetivo do presente texto é discutir algumas nuances da ação política contemporânea a partir de distintas organizações culturais militantes, em um recorte geográfico na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Nossa ideia é retratar essa região por uma ótica que não visibilize apenas a violência urbana, mas centrada em propostas anti-hegemônicas de militância cultural.

Para tanto, abordaremos certa geografia da militância nessa região, desde sua localização afastada do centro administrativo e político da cidade, no que a militante Amanda chama de



“Zona Oeste Lado B”.¹ Ela incluiria, no nosso recorte, os bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Realengo, Bangu, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Santíssimo e Senador Camará.

Trabalharemos a partir da hipótese de que há uma nova militância, estabelecida notadamente nas ruas e cujas atividades são predominantemente culturais. Contrapõe-se a uma antiga, para quem o sentido do político parece se opor ao da cultura, ou ao menos se estabelecer em bases mais herméticas e com pouco espaço para improvisações.

Nessa região da cidade, houve uma migração das demandas de movimentos estruturais para ações menos institucionalizadas. Para entender essa dispersão, trabalharemos com as ideias de violência rotinizada e de aquisição de uma distinção social por parte dos sujeitos. Para abordar a integração social dos militantes a partir de sua compreensão do conflito social nesse território, utilizaremos uma abordagem situada na interseção entre a sociologia urbana e a sociologia política (MACHADO DA SILVA, 2016).

O artigo se divide em três partes. Na primeira, o conceito de sociabilidade militante será apresentado, junto à ideia de violência rotinizada. A seguir, será contextualizada a Zona Oeste do Rio de Janeiro, com uma descrição dos coletivos e movimentos atuantes na região e a inserção dos militantes, incluindo um breve histórico. A noção de uma militância alternativa, contraposta a formas de ação coletiva antigas, também será abordada. Por fim, será realizado um argumento sobre a militância como uma estratégia de acumulação de capital cultural (BOURDIEU, 1970), assim como sobre as razões para que tais atividades migrem de ações políticas propriamente ditas para atividades culturais.

Nota metodológica

A pesquisa empírica que referenda este trabalho foi qualitativa. Foi realizado um trabalho de campo com observações etnográficas e entrevistas semiestruturadas com 24 militantes homens e mulheres entre 19 e 29 anos, inseridos em movimentos sociais nos bairros de Campo Grande, Senador Camará, Bangu, Santa Cruz, Realengo, Santíssimo, Paciência, Magalhães Barros e Guaratiba, no Rio de Janeiro. A primeira rodada de entrevistas aconteceu entre 2013 e 2015 e a segunda ocorreu em 2019, abarcando, no total, 15 homens e nove mulheres. Seus pertencimentos militantes eram distintos, variando entre inserções em coletivos de educação popular, LGBTs, movimentos antirracistas e militâncias pela cultura, em suas diferentes formas.

A chegada no campo se deu no início de 2013, no bairro de Campo Grande, onde a pesquisadora veio a morar por três meses, ao final desse mesmo ano. As primeiras atividades de

inspiração etnográfica foram o acompanhamento de militantes envolvidos com a educação popular, que derivaram na observação participante de atos públicos, reuniões e outras atividades de ativismo observadas em distintos bairros da Zona Oeste. Se no início a relação de confiança com os militantes contatados foi de aproximação e confiança incipientes, com o passar dos meses e dos anos avançou bastante.

Importa ressaltar como foi observado um dos principais dilemas éticos da pesquisa acadêmica sobre movimentos sociais e militantes, amalgamados no que se convencionou chamar de pesquisa militante (JAUMONT e VERSIANI, 2016), a saber, a desconfiança diante do papel da universidade. Assim, ao mesmo tempo que os interlocutores questionavam, frequentemente, o interesse de uma pesquisa na região Oeste da cidade, eram, eles mesmos, graduandos e mestrands, demonstrando distanciamento e aproximação na sua relação com a pesquisa. A dubiedade, portanto, foi uma constante em todos os anos de pesquisa nos bairros supracitados, embora mitigada pelas relações de envolvimento, confiança e amizade estabelecidas.

As sociabilidades militantes em contextos de violência rotinizada

Neste apartado discutiremos a sociabilidade militante, partindo de uma definição de movimentos sociais que inclui eventos públicos repetidos por um amplo número de pessoas, desafiando o Estado com demandas de mais direitos para uma determinada população (TILLY, 2004). Conquanto válido, esse conceito possui um formato historicamente circunscrito, já que a militância contemporânea se apresenta tanto de maneiras virtuais quanto reais, tal como em coletivos e redes ora colaborativos, ora confrontativos com o Estado.

Por sua vez, os militantes podem ser entendidos como sujeitos engajados e identificados com uma ou mais causas, institucionalizados ou não, participando de reuniões, dividindo tarefas e causas, online e offline. Eles compartilham disposições para a ação e uma socialização política para as lutas coletivas, e estariam inseridos em categorias recentes (imigrantes e sem teto) ou antigas, que conquistaram uma visibilidade inédita e incluem o surgimento e a multiplicação de novas organizações e formas de ação (MATONTI e POUPEAU, 2006). Já os coletivos são agremiações de militantes, organizados em pautas comuns e em um território específico.

A sociabilidade militante deve ser entendida a partir das teorias do engajamento militante, formas de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa. Há uma identidade que acompanha as densas redes de sociabilidade informal e organizada dessas práticas, como preconizadas por Tilly (1978). Sawicki e Siméant (2011) assinalam que o

caráter desigualmente objetivado e institucionalizado dos coletivos implica certos capitais individuais necessários ou favoráveis à ação em estruturas menos institucionalizadas.

No que tange à Zona Oeste do Rio de Janeiro, observa-se uma maior adesão a um modelo alternativo de militância, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Ele se dá em oposição à cena já institucionalizada dos movimentos do final dos anos 1990, que invariavelmente incluem o uso de carros de som, marchas em espaços públicos, reuniões e assembleias, além da presença de lideranças. A nova forma inclui atos mais discretos, uma menor presença de reuniões e pautas cujas demandas façam uso da arte e da cultura, evitando temas considerados problemáticos em um local de forte controle armado, a saber, os relativos a segurança e violência.

De maneira incontornável, essa sociabilidade deve levar em conta a violência nesses espaços, notadamente na forma de milícias, atuantes em Campo Grande, Santa Cruz e Paciência. Elas são grupos de policiais e ex-policiais, bombeiros e agentes penitenciários que atuam junto a criminosos, com a justificativa de proteger e garantir a segurança a vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes. Adquiriram notoriedade midiática em 2006, a partir da denúncia de grupos que vendiam proteção com a cobrança de taxas a serem pagas pelos comerciantes e residentes (DUARTE e CANO, 2012). Elas obtêm lucro com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nesses territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo (MUNIZ e PROENÇA, 2007).

Para Segato (2014), esses grupos, assim como as facções criminosas, máfias, mercenários e forças paraestatais de vários tipos, compostos por agentes da segurança pública no exercício de sua discricionariedade, não necessitariam dissimular sua duplicidade, atuando ora como agentes estatais, ora paraestatais. O modo de instalação dos grupos milicianos nos bairros da Zona Oeste é explicado por Fernanda em uma das entrevistas da pesquisa de campo:

– Tem uma galera que mora ali, que tem comércio ali, que já tá tendo que dar uma grana para a segurança, são uns esquemas assim. Então começou um esquema de uma galera que começou a ser roubada por ali, e logo chegaram os milicianos oferecendo a proteção. (Entrevista com Fernanda)

A violência nesses espaços seria, portanto, rotinizada, ou seja, cotidiana e habitual, diferindo de um tratamento dado às suas manifestações nas teorias dos movimentos sociais, que as encaram em sua excepcionalidade (GOMES, 2016). Os aspectos objetivos dos atos violentos – como, por exemplo, os índices de homicídios, sequestros, roubos ou desaparecimentos – são considerados junto às dimensões subjetivas, incorporando a vivência dos entrevistados. Assim, são consideradas a criminalidade urbana, a atuação do narcotráfico e o que escapa aos dados oficiais e casos mensuráveis pelo Estado, mas possui um papel central na promoção da internalização da violência, como o medo.

Machado da Silva e Marcia Leite (2008) já associavam as ideias de violência e rotina de maneiras distintas, a partir de dados obtidos em mais de uma década em pesquisas sobre movimentos sociais, vida associativa e militância em favelas cariocas. Contudo, a violência rotinizada a que nos referimos passa, fundamentalmente, pela coerção estabelecida pelos grupos conhecidos como milícias, que às vezes envolve a presença de traficantes de drogas, mas não necessariamente. Eles trabalham a partir da dubiedade de suas posições: ora são agentes estatais, ora vendedores de proteção. Já o tráfico de drogas trabalha em uma convergência, nas favelas e periferias cariocas, de rotinas e regras mais estabelecidas contra eventuais denúncias² e condutas dos moradores.

Bruno exemplifica a ideia de violência rotinizada ao mencionar que não se assusta com a violência em Santa Cruz: “Saber onde circular pelo bairro é essencial pra não se perder, não entrar em certos lugares à noite, por exemplo”. Já Fernanda relata: “Estudei em Paciência; sempre acabava não tendo algum professor ou não ia ter aula porque tava tendo tiroteio”. Outras militantes compartilham seus relatos de insegurança, como Amanda: “(...) uma violência que não é todo dia que tem um assalto, mas é uma violência psicológica, você não vai a alguns lugares porque você tende a ser assaltada”.

A sociabilidade dos militantes em um contexto de violência rotinizada implica a consideração de uma conformação dos bairros que situa a militância territorialmente em uma conjuntura de organização paralela da violência.

A insegurança e segurança associadas decorrem em uma sensação de medo constante, também observada nas falas de Carlos: “É um lugar bem seguro; eu nunca fui assaltado. Meus pais nunca foram também; meu pai mora aqui há 40 anos e nunca foi assaltado”. Ainda assim, há um espanto recorrente nas falas dos militantes, como na de Renato: “Me sinto muito mais inseguro no centro da cidade ou Copacabana do que em Realengo. Eu me sinto muito protegido aqui, por incrível que pareça”. A dubiedade do medo e paz caminham juntas também na fala de Marcelo: “Não me sinto à vontade em Paciência. Era pra ser um lugar tranquilo pra se viver. Falta muitas coisas, mas tem uma comunidade tranquila, um ambiente tranquilo, aquele clima bem suburbano. Mas hoje eu me sinto coagido”. Uma das questões parece ser não saber o que pode ou não ser feito, como afirma Gustavo: “Não fica claro o que as pessoas podem fazer e o que não podem. Só fica a partir do momento em que você sofre alguma sanção. (...) Um sentimento de medo que toma a gente”.

A rotinização, ou constância, pode ser observada na fala de Francisco:

– Acreditamos na transformação através da cultura, somos mais artistas do que militantes, mas isso não diminui o caráter político da nossa atuação, pelo contrário. A violência nos bairros populares é uma constância, assim como os moradores, a gente teve que arrumar estratégias para lidar com essa situação. (Francisco)

Ao passo que Fabricio relata:

– (...) a enorme distância que nos separa da capital gera inúmeras formas de poderes paralelos as quais interferem muitas vezes dentro da utilização do espaço público. Houve momentos em que a Praça dos Estudantes foi utilizada, e outros, a Praça da Famerj. A pista de skate também acontece de vez em quando. Acho que em todos estes citados já houve episódios envolvendo a milícia local. Campo Grande possui um teatro estadual [Arthur Azevedo] sucateado e uma lona cultural [Elza Osborne] com uma licitação de funcionamento público-privada que é de uma esquizofrenia cultural absurda. (Fabricio)

Tais cuidados são acentuados na Zona Oeste, subentendendo que existiriam escassos – e com projetos menos visíveis – militantes na região. A ideia recorrente parece ser a de limitações, como utilizado por Bruno: “Por entender as limitações do lugar onde nasci e fui criado, comecei uma militância que sigo até hoje, que é a dos movimentos populares de base”.

O processo histórico, na região, de expansão industrial no Rio de Janeiro, em direção aos subúrbios, apesar de ter criado novas áreas e empregos, teve seu crescimento diferenciado de outras regiões da cidade, sem apoio estatal ou das concessionárias de serviços públicos (ABREU, 2013). O que não impede que alguns militantes insistam, sobretudo em sua proposição de cultura, em uma militância que ignora – ou busca ignorar – o medo. Para Ronei:

– A gente está muito distante da dignidade, mas estamos aqui, estamos fazendo, estamos acreditando. Quando enxergo todo o retrocesso que estamos passando, principalmente na área da cultura, é difícil pensar em ganhos, tem que criar uma energia que não existe pra levantar e seguir na guerra. (...) Tudo que eu puder fazer pra continuar mantendo viva a construção artística da Zona Oeste será feito. (Ronei)

Para entender a sociabilidade militante é importante considerar a discussão de Acselrad (2012) sobre sociabilidades produzida durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), especificamente em espaços de embate, ou seja, restritos e com um número reduzido de indivíduos. A instituição do ato institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, foi uma inflexão importante no período, ao suspender os direitos políticos e garantias individuais dos cidadãos, legitimando uma política de perseguição aos sujeitos organizados e gerando um aumento de prisões, mortes, torturas e desaparecimentos (ALMEIDA e WEISS, 1998).

O afastamento dos militantes de suas redes de sociabilidade prévia, portanto, era uma constante (GIANORDOLI-NASCIMENTO *et al.*, 2012). Também em 1968, ocorreu um confronto emblemático em uma das incursões frequentes da polícia ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, frequentado por estudantes secundaristas pobres que não obtinham lugar nas universidades, que decorreu na morte do estudante Edson Luís, em 28 de março. Em junho desse mesmo ano, as manifestações eram frequentes na cidade, com passeatas, greves e ocupações nas universidades que

resultaram em prisões e em dezenas de protestos, incluindo a Sexta-Feira Sangrenta. Em 26 de junho, ocorreu a famosa Passeata dos Cem Mil nas ruas do Centro da cidade (ANTUNES e RIDENTI, 2007).

Dessa forma, o Rio de Janeiro, capital federal até poucos anos antes, teria sofrido de forma mais acentuada os efeitos da instauração de uma estrutura ditatorial, com a presença dos aparatos repressivos mais concentrada na cidade. Por ter sido a sede de alguns dos principais eventos do período, a região viu uma relativa desmobilização dos movimentos (LOVEMAN, 1998; GOMES, 2015), cujo impacto pode ser sentido atualmente. Na Zona Oeste, especificamente, localizavam-se alguns dos 19 locais de tortura no estado, nos bairros de Deodoro e Realengo (BRASIL, 2014). Neste último estava localizado o 1º Batalhão de Polícia do Exército da Vila Militar, um centro de tortura e encarceramento durante o regime.

Tendo em vista que o panorama dos movimentos sociais brasileiros, notadamente os de cunho popular, era de articulação entre sindicatos, Igreja Católica e partidos políticos, a Constituinte, em 1987, parece ter mudado sua semântica (DOIMO, 1995). Averiguaremos, no próximo apartado, como a militância, coletivos e movimentos, aparecem, portanto, na Zona Oeste, a partir de possibilidades de práticas políticas estabelecidas a partir de limitações impostas pelos múltiplos atores da violência local.

Passado e presente dos movimentos e militâncias na Zona Oeste

O Rio de Janeiro possui 6.320.446 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³ e é dividido em 33 regiões administrativas (RAs), 160 bairros e cinco áreas de planejamento (APs). A Zona Oeste é parte da AP5, com cerca de dois milhões de habitantes (RIO DE JANEIRO, 2005).

A região, até a metade do século XIX, era conhecida por sua produção de cana-de-açúcar e derivados, além da pecuária bovina. Entre as décadas de 1930 e 1960, suas grandes propriedades, oriundas de antigas sesmarias, figuravam como a principal zona agrícola de abastecimento da cidade, cedendo posteriormente ao avanço dos loteamentos nas periferias da cidade, o que diminuiu significativamente a produção. Essa rápida urbanização implicou o crescimento acentuado da população local e o ganho de proeminência política e econômica, mormente no que toca o crescimento e a expansão da própria cidade, ocasionando conflitos decorrentes da insegurança dos loteamentos irregulares e da presença de grileiros.

A Zona Oeste pode ser considerada uma periferia, nos termos de Lago e Cardoso (2017), ou seja, áreas com um déficit de serviços públicos e empregos. Nela estariam sete dos dez bairros mais populosos da cidade (IBGE, 2010), como Campo Grande, com 328.370 mil moradores,

seguido por Bangu (243,1 mil) e Santa Cruz (217,3 mil). Em termos socioeconômicos, a renda mensal média e os índices de escolaridade são baixos, em relação à média da cidade.

A bibliografia sobre os movimentos e militâncias na região Oeste do Rio de Janeiro é reduzida (VIEIRA, 2012, 2015; CÂMARA, 2015), ainda que os indícios apontem para movimentos sociais e coletivos menos visíveis – e visibilizados – e militantes nascidos na região inseridos em movimentos no Centro, distantes de onde vivem.

Nosso recorte leva em conta a década de 1970, com os movimentos sociais urbanos demandando acesso aos serviços públicos na cidade (MOISES, 1982; JACOBI, 1980; KOWARICK, 1987). Ainda que algumas mobilizações tenham ocorrido nesse registro, atualmente a região não se organiza mais em torno de pautas como o transporte, por exemplo, mas padece de diversos problemas urbanos apresentados como invisíveis (WEFFORT, 1977). As demandas urbanas sofreram um deslocamento da análise política para a cultural, que considera o descenso de força e capacidade de reivindicação dos movimentos de bairro (MACHADO DA SILVA, 2016).

As mobilizações recentes de caráter cultural devem ser entendidas a partir da negligência de aparatos estatais culturais, como afirma Amanda: “Não existem bibliotecas na Zona Oeste, nenhum lugar assim onde podemos só pegar um livro”. Para Ruth, há uma intencionalidade do isolamento cultural das pessoas na região:

– (...) não só Bangu, mas Padre Miguel, a gente não vê muito coisas culturais no local; a gente só tem uma biblioteca e um espaço que tem exposições, mas não é um espaço, tem algumas imagens. Aqui não se tem uma intervenção cultural, tem que ir pro Centro; se quer ir para uma exposição legal, tem que ir pro Centro. Não tem nenhuma atração cultural por aqui. Essa é uma estratégia, eu penso, de as pessoas quererem se fechar por aqui. As crianças já vão crescendo com o pensamento de que cultura é chato, porque não se tem esse investimento cultural. (...) O transporte daqui, eles não têm interesse de colocar o transporte daqui pra lugares onde você teria um acesso a atividades culturais, que o sistema, o governo, quer que a gente tenha aqui, é o que eles oferecem pra gente aqui. Então, para você ir pra lá, pra ter acesso a isso tudo, você tem que passar por esse processo de duas horas até chegar lá. (Ruth)

De todo modo, Campo Grande é central por sua importância socioeconômica e histórica para a região, figurando como um polo das militâncias na Zona Oeste. As demandas por melhores e mais serviços urbanos não encontram uma equivalência nas reivindicações das organizações locais, em um lugar em que a infraestrutura pública é necessária. Contudo, em 2011, jovens do bairro realizaram um diagnóstico socioambiental participativo⁴ a partir do direito à cidade e da justiça ambiental, com propostas de ações nas escolas públicas locais. O resultado, segundo constou nessas ações, foi de má qualidade do transporte público na região, prejudicial ao acesso à educação e lazer dos jovens. No mesmo período, o coletivo Ônibus, Me Pega buscou mobilizar os transeuntes em atos públicos.

No calçadão do bairro há, atualmente, cerca de 800 empresas.⁵ A militância – de Campo Grande e bairros vizinhos – se reúne no local, em tímidas porém periódicas manifestações políticas, em datas comemorativas como o 1º de maio, Dia do Trabalhador. A reivindicação histórica dos espaços públicos na região teve em 1990 um marco, com a reversão da venda e conversão do então mais importante cinema da cidade, o Cine Palácio Campo Grande, para a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Nesse período, a região contava com vários cinemas de rua, como o Cine Progresso, também em Campo Grande, e cinemas menores em Sepetiba, em funcionamento desde a década de 1920 (VIEIRA, 2012).

Tal cenário culmina em uma cultura contemporânea de cine clubes, como o da Faculdade Moacyr Bastos, em Campo Grande, no começo dos anos 2000, ou o contemporâneo Cine Oeste, nas ruas de Campo Grande, com exhibições periódicas de filmes nacionais seguidas de discussões sobre problemas sociais. A Casa de Cultura Duas Rosas, em Campo Grande, igualmente, aparece como um polo de militância, recebendo o Cine Rua ZO mensalmente, com a exibição de filmes com temática social, seguida de discussão, tocada por militantes locais.

Desde a década de 1980, paralelamente, o Centro de Apoio ao Movimento Popular Organização Social da Zona (Campo-OS), sediado em Campo Grande, apoiou diversos coletivos e funcionou como uma incubadora para os movimentos pela educação popular, que seguem existindo. Campo Grande conta com diversos coletivos de educação popular, como o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (Ifhep) e o Coletivo de Educação Popular Margarida Alves. O bairro vizinho, Santa Cruz, conta com um pré-vestibular comunitário, o Santa Cruz Universitário.

Outras iniciativas contemporâneas, como o Coletivo Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO)⁶ e rodas de conversa com a AGB-Rio e a Coletiva Vandana Shiva, devem ser entendidas em relação a seu contexto histórico. O coletivo Atobá - Movimento de Emancipação Homossexual, em Realengo, pelos direitos LGBT, nos anos 1980, teve um papel de iniciador de um movimento LGBT e feminista na região (CÂMARA, 2015).

Nessa década também foi criado um Núcleo de Orientação e Pesquisa⁷, em Santa Cruz, após uma mobilização para a preservação da memória e história da região, seguida da construção de um ecomuseu e de um corredor cultural no antigo matadouro no bairro (VIEIRA, 2012). Atualmente, outros eventos prosseguem nessa linha militante na região, como visitas turísticas em Sepetiba, que incluem sessões de cinema ao ar livre.

A contraposição dessa nova militância cultural, que possui como característica distintiva a ocupação das ruas da Zona Oeste, *versus* uma antiga parece ter seguido a migração das demandas, de movimentos estruturais, para militâncias pela cultura, menos institucionalizados, com o ano de 2013 como ponto de inflexão. Assim, essa forma de engajamento em ações coletivas apresenta como singularidade, diante das transformações da militância identificadas à esquerda,

mundialmente, no início do século XXI, uma série de características associadas à fluidez, às identificações mais curtas com as causas e às propostas de mudança por questões culturais.

Em relação às especificidades dos movimentos sociais contemporâneos, é importante sublinhar sua agremiação em coletivos e grupos, assim como sua não necessariamente identificação com o léxico de ativistas, e as dinâmicas que prezam pela horizontalidade. Ademais, há um notório aumento da capacidade de articulação proporcionada pela difusão das novas redes de comunicação – on-line, mas não exclusivamente.

As práticas militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro, portanto, apresentam convergências com tendências mundialmente debatidas pela literatura sobre o tema (GERBAUDO, 2012, JASPER, 2011; BRINGEL e DOMINGUES, 2015), mas também – talvez, inadvertidamente – aguçam sua originalidade por driblar frequentemente a vigilância e a coerção dos atores armados.

Assim, assistiríamos atualmente a manifestações, coletivos e organizações pensadas a partir de eventos que valorizam a cultura local, mas que não constituiriam uma cena cultural somente, uma vez que indicam costumeiramente uma mensagem de militância e uma associação às problemáticas locais.

Ainda assim, um contraponto às mobilizações é feito por Roberto, para quem as práticas culturais da região seriam, de certa forma, exotizadas por grupos hegemônicos na disputa cultural de Campo Grande, sobretudo exibindo a Zona Oeste de forma a subjugar as capacidades operativas da região. Dessa maneira, haveria uma ótica conservadora dos editais de cultura que priorizam a Zona Sul e o Centro. No entanto, para Roberto, haveria aí uma vantagem, a de que “uma nova geração que tá entrando agora na militância busca romper com o conservadorismo cultural da região”, evidenciando um conflito entre uma lógica antiga e outra, recente, da militância cultural. Esses coletivos aparecem como iniciativas mais endógenas, questionando a produção cultural dos bairros centrais.

Atualmente, há em Paciência um projeto chamado A Banca Dá Poesia, uma declamação de poesia em uma praça pública, em conjunto com alguns coletivos, como os de hip hop, desde 2015, na Casa da Memória Paciente (Camempa). Em Pedra de Guaratiba, uma referência de movimento artístico é o Mulheres de Pedra - Grupo de Economia Solidária, surgido nos anos 2000, com exposições temporárias de artistas da região, buscando valorizar o protagonismo das mulheres negras a partir da arte, da educação, da economia solidária e da diversidade cultural.

Por sua vez, o coletivo Fórum de Lutas da Zona Oeste I, criado em 2013, divulga eventos como o III Encontro de Fotografia da Zona Oeste, e objetiva ver florescer as intervenções culturais da região na prática. No mesmo ano de 2013, surge o Festival de Música e Cultura de Rua de Bangu, na Areninha Carioca Hermeto Pascoal, atualmente em sua décima edição, descrito como uma alternativa para uma região tão carente de opções culturais gratuitas e de qualidade, com

manifestações da *street art* do subúrbio carioca (skate, grafite, música e poesia), articulando uma rede entre os artistas envolvidos, locais e de outros bairros.

As atividades culturais são cada vez mais frequentes, também organizadas pelo coletivo Zona Oeste Ativa, descrito em suas redes sociais como “corpos e mentes em movimento para construir espaços de reflexão, diálogo, produção de cultura e participação cidadã na Zona Oeste. Pensando e militando!”⁸ com rodas de conversa em Bangu. Na pista de skate em Campo Grande, há a Roda Cultural do Pistão, que acolhe eventos como Hip Hop Contra a Fome, que, como indica sua página de Facebook “tem como intenção chamar a atenção para os nossos artistas que ali se reúnem!”.⁹ Nessa mesma pista, se reúne o coletivo Baque Mulher desde 2018, formado por mulheres que, segundo Isadora, realizariam “tocadas em diversas manifestações políticas e estéticas, dando sempre preferência por estar na Zona Oeste”. Além disso, no Largo de Bangu acontece, desde 2013, o Sarau do Velho, que, segundo Francisco, “reúne artistas e não artistas de variadas regiões da metrópole fluminense, sobretudo da Zona Oeste, (...) ressignificando a ideia de sarau, elaborando estratégias de combinação de linguagens artísticas”.

Outro coletivo surgido recentemente é o Piracema, de Santa Cruz, em cuja descrição constam ações que criem uma fissura no discurso hegemônico vigente que invisibiliza o sujeito periférico. O coletivo defende a inclusão do bairro na agenda de políticas públicas da cidade, valorizando o patrimônio histórico e cultural, a difusão da cultura, a produção poética e arte, e afirma estar em sintonia com movimentos sociais, tais como o movimento negro, o movimento LGBT, o movimento feminista, movimento dos trabalhadores rurais e urbanos.

Na próxima seção, abordaremos dois pontos importantes para nossa hipótese principal, a da migração de pautas propriamente políticas em contextos de violência rotinizada, a saber: a militância como uma alternativa em determinados ambientes e a acumulação adquirida pelos militantes em campo ao frequentar os espaços de militância.

A militância cultural como alternativa e como acumulação

Discutiremos neste apartado a transição de atividades propriamente políticas para ações culturais como uma forma majoritária de fazer política na Zona Oeste, em militâncias específicas. Abordaremos, igualmente, a acumulação de capital cultural evidenciado por esses jovens na cena cultural abordada. Ambas as dinâmicas se entrelaçam, em um contexto em que a cultura aparece como uma militância mais frequente, em razão das especificidades da estrutura violenta das dinâmicas locais (GOMES, 2019). Dessa forma, o associativismo, nesse contexto, deve ser

entendido como uma espécie de organizador da economia, das posições, possibilidades de ganhar a vida, dos eventos e novas temáticas.

Levamos em conta a proposta de uma sociologia diferencial das práticas de Bourdieu (1998), na qual o mundo estaria organizado a partir de uma cultura dominante em uma dada formação social, que cumpre uma função político-ideológica de legitimar um determinado regime de dominação. Nesse quadro, trabalhamos com a ideia de que uma militância menos institucionalizada, organizada a partir de práticas culturais, com ações desenvolvidas de maneira distinta ao entendimento prévio da sociologia dos movimentos sociais sobre as ações coletivas. Nesse quadro, constariam marchas com um número expressivo de sujeitos, reuniões extensivas, atos com uma identidade e palavras de ordem, que incluem “revolução”, “tomada de poder” e “mudança do paradigma econômico-político vigente”, não funcionam nesses contextos.

A violência rotinizada, portanto, aparece como um elemento a ser considerado na própria forma de fazer política, na radicalidade das diversas ausências expressas nesses locais. A ambiguidade expressa na militância na Zona Oeste parte da residual presença dessas ações, em contextos de grandes dificuldades para atos políticos ostensivos.

Concomitantemente, observamos o recurso à ação de protesto utilizado pelos indivíduos mobilizados como uma expressão de dominação dentro de um campo mais circunscrito de dominados. Assim, Mathieu (2004) defende, inspirado nas ideias de Bourdieu, que o próprio engajamento em um movimento social exige um número de recursos de que somente os mais bem posicionados do campo disporiam; os militantes seriam, afinal, recrutados entre os indivíduos com um maior nível de politização, entre outras características. Os militantes envolvidos em coletivos culturais, portanto, incorporam representações simbólicas, que propiciam justificativas para a posição que ocupam.

Essa ideia de cultura mobilizada parte do que Bourdieu (1998) entende como um objeto crucial das ciências humanas, um sistema de fatos e representações, a partir de práticas culturais como dominação e instrumento de poder, de legitimação da ordem vigente.

Assim, a ideia de acumulação de capital cultural pode ser entendida, nesse contexto, pela entrada dos jovens entrevistados nos espaços de militância, distintos dos acessados pela maioria da população nesses bairros. Essa aquisição, que implica uma distinção, é visível na fala de Luiz em relação às suas experiências artísticas:

– Tive a possibilidade de sair de Santa Cruz pra buscar coisas foras. Fiz a escola do Tablado durante quatro anos e aí depois fiz parte de uma companhia de teatro, uma residência artística na Cinelândia. Fiquei um tempo lá, aprendi pra caramba, mas sempre tive a vontade de trabalhar com as pessoas de Santa Cruz que não tiveram a possibilidade de sair. Hoje existe uma efervescência, hoje você tem opção de alguns lugares que têm oficinas de artes plásticas, teatro; têm oficinas, projetos, coisas que estão surgindo. Na

década de 1990 não tinha ou, se tinha, era pouco divulgado. E aí eu tive que sair, mas sempre mantendo esse vínculo de tentar fazer esse intercâmbio do que eu fui buscar em outra região, uma região dita mais nobre da cidade, com Santa Cruz, que tá lá na extrema periferia, na divisa da cidade. (Luiz)

Uma situação semelhante pode ser observada durante o período da ditadura militar no Brasil, no qual a escolarização e participação de jovens envolvidos em processos políticos¹⁰ era alta. Cerca de 63% dos jovens envolvidos em movimentos de resistência tinham curso universitário incompleto ou completo, sendo 64,5% com idade inferior a 30 anos.¹¹ Ao considerarmos que a proporção de sujeitos mais escolarizados era mais baixa nas áreas de circulação do contingente de militantes clandestinos nas cidades, percebemos que esse grupo se destacava por ser mais jovem e escolarizado que a média da população daquelas áreas. O que Acselrad (2012) afirma, com esses dados, é que as interações em situações de clandestinidade faziam parte do encontro entre sujeitos com distintos horizontes de expectativa política, implicando uma experiência de encontro de grupos sociais de origens diferentes.

Se a militância, em seu entendimento clássico, requer um certo estoicismo, ou tem como *ethos* sujeitos que se dedicam integralmente às atividades políticas, na Zona Oeste pode-se perceber o quão infrequente era essa representação. Para Tiago, a rotina laboral, longe das atividades dos movimentos e coletivos, sempre esteve presente em sua vida: “Sempre trabalhei, em Campo Grande, no Centro, em Guadalupe. Tinha que pegar o ônibus às 4 da manhã. Às vezes você ouve: ‘Mas você é jovem; tem que estudar’. Mas cada um tem uma realidade”. Em outro momento, o jovem complementa: “Tenho que trabalhar. Os movimentos sociais, de acordo com a programática, às vezes têm atividades no meio da semana. Quando eu era aluno ainda e trabalhava, às vezes tinha atos durante a semana e eu não conseguia ir”. Posteriormente, afirma que o entendimento dos seus amigos fora da militância acaba com uma visão do senso comum.

– Sempre tem essas manifestações, mas não dá pra gente estar presente em todas, mesmo a rotina acadêmica é muito complicada de conciliar. Eu lembro quando eu fiz estágio, a rotina ficava complicada, porque eu ainda trabalhava e aí mesmo que eu quase não tinha tempo pra militância. Trabalhava o dia todo, primeiro em uma escola pública aqui em Campo Grande. Eu ia pro estágio à noite, depois de trabalhar. (...) Tenho colegas que militam direto, mas não têm que trabalhar. (Tiago)

Essa conciliação entre a sociabilidade dos bairros da Zona Oeste e a militância possível pode ser encarada a partir de uma ideia de dessocialização (MERKLEN, 2016): práticas como a leitura de livros pelas classes populares, por exemplo, que implicam a separação do indivíduo do seu grupo. Afinal, há uma sensação de distância financeira e (in)disponibilidade para o ativismo, resumida pela experiência universitária de Amanda: “A galera tinha dinheiro pra militar, e eu não tinha; e aí eu percebia essa coisa de deixar em espaços inscrições pra seminários que você não

pode pagar. Então a universidade é pública, mas tem uma diferença de espaços”. De maneira semelhante, Marcelo comenta, em relação a fato de os pais não serem ativistas na região: “Se eu conheço algum militante aqui da Zona Oeste que tem família militante, são raríssimos, porque quem milita é a classe universitária, é o pai e a mãe que fez universidade”.

De maneira inversa, os poucos que conseguem acessar os espaços de militância e, portanto, demonstram a acumulação de capital cultural, acabam por justificar seu sucesso a partir das adversidades. Assim, Luiz, de alguma maneira, credita à própria ausência de aparelhos estatais no bairro de Santa Cruz o fato de ter circulado pela cidade, algo que acredita ser comum às pessoas da região:

– Quem mora na Zona Sul não precisa sair da Zona Sul pra resolver a sua vida: você tem a praia, o cartório, as lojas, tudo está ali, entre aspas, porque não é tudo, já que a cultura é múltipla. Quem mora na Zona Oeste não, então, Santa Cruz não tem um teatro até hoje, se você quer ir ao cinema você tem que migrar pra outro bairro, pra Barra, pra Zona Sul. Então, quem mora na Zona Oeste circula pela cidade. (Luiz)

Conquanto exista uma circulação, o mesmo jovem aponta como a ausência de equipamentos culturais ocasionaria outras faltas, “como faltam articulações das pessoas: as pessoas da Zona Oeste têm trabalhos individuais incríveis, mas elas não se articulam”. Ele prossegue nesse argumento, posteriormente: “Temos que mobilizar as pessoas pra se juntar e se agrupar, pra gente ter representatividade política, né? Pro poder público dizer ‘eles estão organizados’, é uma galera organizada, são 30 pessoas da cultura, trabalhando em diferentes eixos”.

Contudo, para Isadora, há uma relativa brevidade dos espaços que ocupam a cena pública na Zona Oeste, como “a Casa Bosque, FluxRoom, Casa de Cultura Maria das Dores, O Germinal – que fechou recentemente –, Lavanderia Lírica são os principais espaços, mas alguns eventos também ocupam espaços públicos”. Outras iniciativas culturais que existiram por pouco tempo, como relata Fabricio, são a “Casa de Cultura Maria das Dores, de 2018, idealizada como um local para que as bandas da região e artistas de todas as manifestações pudessem apresentar seus trabalhos e serem remunerados por isso, encerrada em abril de 2019, e o FluxRoom”.

Essa inserção na militância cultural, novamente, pode ser entendida à luz da experiência durante a ditadura militar, dado que a publicização da luta clandestina contra o regime se deu por inflexões situacionais, com ações que não podiam ser ocultadas da mídia, ou pela ruptura dos pactos de silêncio de pessoas com quem os militantes interagem (ACSELRAD, 05/05/2014). Assim, os impasses criados no contexto ditatorial, que produz um movimento constante de destruição de arenas públicas emergentes, se deram pela censura à imprensa, a dissolução de organizações sociais, a prisão de oponentes, e a exposição do aparato repressivo. Mas também se deram pela internalização do medo em larga escala na população, situação semelhante à

observada na Zona Oeste, se consideramos a impossibilidade de reunião na esfera pública para tratar de temas com bandeiras mais anunciadamente políticas. Acselrad (2015) descreve o acirramento dos conflitos quando uma militância política contestatória se engaja no contexto de regimes de exceção, mas no contexto *pari passu* dos ambientes trabalhados se observa um medo internalizado através do terror da repressão.

As adaptações observadas em campo por esses jovens podem ser entendidas no que King (2008) conceitua como uma das características definitivas dos movimentos sociais: seu uso de táticas extra institucionais, de maneira a subverter a política convencional, como boicotes ou protestos, sobretudo quando seu acesso a canais legítimos é negado. Desaparecem as bandeiras evidentemente políticas e aparece uma cena política tímida, porém nas ruas, com organizações de militantes pautando um debate de cunho social a partir de eventos cujo mote principal seja a cultura.

Considerações finais

São recorrentes na literatura dos movimentos sociais indagações sobre a efetividade de manifestações, movimentos e militâncias culturais, bem como sobre a possibilidade de elas fornecerem ferramentas de luta importantes para os movimentos aqui tratados: frear a violência, substituir o modelo político, entre outras. Conquanto não existam respostas imediatas para essa pergunta, neste texto pretendemos fazer coro à afirmativa de Weffort (1977) de que pesquisas sobre as classes populares possuiriam como primeira virtude registrar uma experiência popular que, não fosse por essa forma, seriam esquecidas.

Outra virtude, conforme argumentamos no artigo, é evidenciar novas formas de militância e mobilização que escapem às tradicionalmente analisadas, no formato de sindicatos e mobilizações expressivas na rua, e cuja intenção resida justamente em chamar a atenção para uma demanda específica. A teorização vai, portanto, no sentido de trazer à luz experiências fora dos grandes centros, que abarquem expressões como as viabilizadas pelas sociabilidades militantes evidenciadas nesse texto.

A violência rotinizada aparece como um elemento analítico essencial no panorama da Zona Oeste. Nesse sentido, o texto objetivou pensar formas políticas alternativas a partir do entendimento de que determinadas sociabilidades militantes estariam mais adaptadas e seriam mais frequentes na região, a saber, aquelas que dispusessem de práticas de luta que levassem em conta a violência rotinizada e que se beneficiassem, ou, em termos bourdieusianos, acumulassem capital cultural.

Notas

¹ Todas os entrevistados tiveram suas falas gravadas e posteriormente transcritas, com sua anuência. Os nomes foram modificados por motivos de privacidade e de segurança.

² No Rio de Janeiro, por exemplo, é conhecida a figura do “X9”, o sujeito que denuncia alguma ação ilegal, que não deveria ser relatada.

³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro>

⁴ A organização se dava dentro de um projeto mais amplo chamado Projeto Mudanças Cidade, Mudanças Climáticas e Ação Jovem, implementado por uma ONG local e financiado por uma organização norueguesa.

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Te6n69SYl6M>

⁶ Para maiores informações, ver a página da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/Coletiva-Popular-de-Mulheres-da-Zona-Oeste-1579143122301537/ads/?ref=page_internal

⁷ Para maiores informações, ver Saiba História blogspot. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/08/noph-nucleo-de-orientacao-e-pesquisa.html>

⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ZOativa/about/?ref=page_internal

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/RodaCulturalPistao/>

¹⁰ Para mais informações, ver o projeto Brasil Nunca Mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/acervo.html#quadros>

¹¹ Um dado significativo quando levado em consideração o fato de que, na população economicamente ativa, segundo o Censo Demográfico de 1970, do IBGE, os diplomados e estudantes universitários somavam 3,9% da população, e a população com menos de 30 anos representava apenas 27,6% da população.

Referências

- ABREU, Mauricio. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ACSELRAD, Henri. “Entre a lua e a rua: Uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973”. **Mana**, vol. 18, n. 1, pp. 7-35, 2012.
- ACSELRAD, Henri. “Confluências autoritárias”. **Le monde Diplomatique Brasil**, Edição 82, 5 mai. 2014. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/confluencias-autoritarias/>
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEISS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 319-409.
- ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. “Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil”. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, vol. 12, n. 2, pp. 78-89, 2007.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La reproduction: Elements pour une théorie du système d’enseignement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.
- BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício (eds.). **Global Modernity and Social Contestation**. Londres: Sage, 2015.
- BRITO, Joao Felipe. “Transformações e permanências suburbanas: O caso do bairro Bangu”. **Caderno Globo Universidade**, vol. 1, n. 2, pp. 26-33, 2013.
- CÂMARA, Cristina. “Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro”. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 9, pp. 373-396, 2015.
- DOIMO, Ana Maria. **A voz e a vez do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DUARTE, Thaís; CANO, Ignácio. **‘No sapatinho’: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- FROES, Jose Nazareth de Souza. **Rumo ao Campo Grande: Por trilhas e caminhos**. Rio de Janeiro: s.e., 2004.
- GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets**. Londres: Pluto Press, 2012.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; OLIVEIRA, Flaviane da Costa; CRUZ, Jaíza Pollyana Dias da; FREITAS, Janaína Campos de; REIS, Débora Barbosa dos; MENDES, Bárbara Gonçalves. “Representações sociais de ‘ser mulher militante’: As imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira”. **Memorandum: Memória e história em Psicologia**, vol. 28, pp. 110-131, 2015.
- GOMES, Simone da Silva Ribeiro. “Apuntes sobre la militancia de los jóvenes en contextos de violencia. Los casos de Rio de Janeiro, Brasil, y de Guerrero, México”. *In*: HERNANDEZ,

- Alberto; CAMPOS-DELGADO, Amalia (orgs.). **Actores, redes y desafíos: Juventudes e infâncias en America Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2015.
- GOMES, Simone da Silva Ribeiro. **Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: Uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- GOMES, Simone da Silva Ribeiro. “The Case of the West Zone: Urban Revolt and Social Movement Adaptations in Rio de Janeiro Brazil”. *In: NGWANE, Trevor; NESS, Immanuel; SINWELL, Luke (orgs.). Urban Revolt: State Power and the Rise of People’s Movements in the Global South*. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- GOMES, Simone da Silva Ribeiro. “Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio De Janeiro (Brasil) e em Guerrero (México)”. **Revista Plural (USP)**, vol. 25, pp. 112-127, 2019.
- JACOBI, Pedro. “Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80”. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 23, pp.18-34, set. 1980.
- JASPER, James. “Emotions and Social Movements: Twenty Years of Theory and Research”. **Annual Review of Sociology**, vol. 37, pp. 285-303, 2011.
- JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. “A pesquisa militante na América Latina: Trajetória, caminhos e possibilidades”. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, n. 13, pp. 414-464, 2016.
- IBGE. **Dados sobre a população no Brasil, PNAD**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- KING, Brayden. “A Political Mediation Model of Corporate Response to Social Movement Activism”. **Administrative Science Quarterly**, vol. 53, n. 3, pp. 395-421, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LAGO, Luciana; CARDOSO, Adauto. “A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana”. *In: CARDOSO, Adauto Lucio Cardoso; JAENISCH, Samuel Thomas; ARAGÃO, Thêmis Amorim (orgs.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: Da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, pp. 129-150.
- LAGO, Luciana Corrêa do; CARDOSO, Adauto Lúcio. “Segregation and Real Estate Production”. *In: Urban Transformations in Rio de Janeiro*. Nova York: Springer, 2017, pp. 127-141.
- LOVEMAN, Mara. “High-risk Collective Action: Defending Human Rights in Chile, Uruguay, and Argentina”. **American Journal of Sociology**, vol. 104, n. 2, pp. 477-525, 1998.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. *In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio Machado. Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Fazendo a cidade**: Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.
- MANSUR, André Luis. **O velho Oeste carioca**: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.
- MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. “O capital militante: Uma tentativa de definição”. **Revista Plural**, n. 13, pp. 127-133, 2006.
- MATHIEU, Lilian. **Comment lutter?** Sociologie et mouvements sociaux. Paris: Textuel, 2004.
- MCADAM, Doug. “Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer”. **American Journal of Sociology**, vol. 92, n. 1, pp. 64-90, 1986.
- MERKLEN, Denis. **Bibliotecas en llamas**: Cuando las clases populares cuestionan la sociología y la política. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- MOISÉS, José Álvaro. **O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais**: Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA, Domício. “Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são”. **Estudos Avançados**, vol. 21, n. 61, pp. 159-172, 2007.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Rio. **Anexo VI**: Descrição e mapas da área de planejamento-5. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2005. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf>
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. “Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses”. **Sociologias**, vol. 13, n. 28, pp. 200-255, 2011.
- SEGATO, Rita. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2014.
- TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Nova York: McGraw-Hill, 1978.
- TILLY, Charles. **Contention and Democracy in Europe, 1650-2000**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.
- VIANNA, Sergio Besserman. **Favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Conselho Estratégico de Informações da Cidade, 2008.
- VIEIRA, William. Memória e identidade dos movimentos sociais na Zona Oeste Carioca. In: **Anais do XI Encontro Nacional de História Oral – Memória, Democracia e Justiça**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- VIEIRA, William de Souza. **Núcleo Socialista de Campo Grande**: Interações entre memórias e história em contexto local. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- WEFFORT, Francisco Correa. **Contradições urbanas e movimentos sociais, volume 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIMONE GOMES (s.ribeirogomes@gmail.com) é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel, Brasil). Tem doutorado em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil) e mestrado em sociologia pela Université Paris Diderot – Paris 7 (UPD, Paris, França).

Recebido em: 13/07/2019
Aprovado em: 15/10/2019